



Economia para Trabalhadores

Ano IV, Edição XXXVII

Junho de 2016

Nesta edição:

Opinião 2

Atividade industrial - Brasil 3

Atividade Industrial - Santa Catarina 4

Indicadores 5

Apresentação

Caros(as) companheiros(as), esta é a 37ª edição do Economia para Trabalhadores, o boletim mensal da Subseção do Dieese na Fetiesc. Neste boletim de junho tentamos apresentar o momento econômico e político pelo qual passa o país. Parece haver por parte dos trabalhadores um sentimento de angústia, um sentimento que parte das condições objetivas do mercado de trabalho, com desemprego crescente e queda real da renda, mas também que parte de um desânimo diante de medidas que ameaçam cortar bens e serviços públicos que já se mostravam insuficientes para atender suas necessidades.

Talvez vivemos o momento mais agudo da crise econômica no país. Na primeira seção, em nosso texto de opinião, procuramos descrever a dinâmica econômica que nos levou até aqui, problematizando o cenário que se desenha logo à frente. Nas seções seguintes, quando descrevemos os indicadores de atividade industrial no Brasil e em Santa Catarina, destacamos que o quadro é ainda de retração, mas mencionamos alguns sinais de recuperação que, hoje, ganham espaço na imprensa grande.

Quando chegamos no momento mais agudo da crise, ou no fundo do poço como alguns dizem, o bom é que pode-se pegar impulso para voltar a subir. O nível de confiança do empresário industrial entrou em trajetória de alta desde fins do ano passado e as expectativas com relação ao segundo semestre são otimistas. A produção de bens de capital seguem esta dinâmica, apesar de tantos apesares.

Os indicadores macroeconômicos, nas seções finais, apresentam que o desequilíbrio fiscal aprofunda-se, enquanto o setor externo reequilibrou-se após déficit em 2014, com a ajuda do câmbio e da recessão. O superávit no saldo da balança comercial até maio equivale-se ao do ano passado inteiro; o déficit das transações correntes caiu a menos de 2% do PIB e os investimentos diretos no país cresceram com relação ao ano passado, chegando a 5% do PIB. A forte valorização cambial recente tende a desacelerar o ritmo de recuperação das contas externas, impactando investimentos estrangeiros e a atividade de indústrias tradicionais, por isso o Banco Central voltou a intervir no câmbio, estancando a queda do dólar.

Boa leitura!

Opinião* - O Brasil em transe

Interinamente, sabemos para onde vamos caso o atual governo se efetive. Trata-se de uma mudança de rota, com relação aos governos antecessores. Por mais que os governos Dilma tenham sincronizado o destino, a rota seguida pelo governo interino é outra. Com o fim da fase de crescimento, a entrada na fase de desaceleração no pós-2010, resultou numa acelerada queda dos investimentos. Esta queda aprofundou-se desde o ano passado. Se os diagnósticos dos governos apontam para uma necessidade comum, a retomada dos investimentos, os caminhos a serem trilhados para se alcançar esta retomada guardam diferenças.

A entrada nesta fase recessiva, que coincide com o primeiro governo de Dilma, fundamentou medidas adotadas pelo governo. Além de uma maior participação nos investimentos diretos, o Estado passou a renunciar à algumas receitas oriundas de impostos sobre setores específicos e subsidiar investimentos privados, buscando reduzir custos produtivos e garantir a manutenção da atividade econômica e do emprego. Estas medidas foram criticadas durante estes anos e, hoje - quando o país vive o que talvez seja o momento mais agudo da crise -, ganham destaque nos debates.

Em grande medida, as críticas estavam direcionadas para o excesso de intervenção, o que prejudicava a leitura das dinâmicas dos mercados por parte dos investidores e impactava negativamente as expectativas e o humor para os investimentos. No mais, indicavam também para o problema fiscal que poderia resultar num momento em que a economia global apresentava estabilidade, com queda do comércio e retração dos preços de commodities, bens dos quais o equilíbrio do setor externo brasileiro é dependente.

Um fator pouco mencionado nestas críticas é que, apesar dos problemas de monitoramento destas medidas e da falta de uma exigência maior em contrapartidas (investimentos e emprego formal com trabalho decente), depois dos investimentos iniciarem trajetória de queda em 2011, houve uma recuperação em 2013 (e não sabemos o que teria acontecido sem as medidas deste período). Mas, ao final do primeiro governo Dilma, em 2014, o PIB brasileiro apontou para uma variação nula 0,1% e os investimentos voltaram a registrar queda (aqui podem ser apontadas as mais diversas causas, econômicas e não econômicas). Neste ano (2014) a economia brasileira voltou a registrar déficit na balança comercial e no resultado primário fiscal do governo central, o que não acontecia desde os anos 2000 e 1997, respectivamente. Como respostas vieram as medidas de ajuste (realinhamento de preços administrados, do câmbio, elevação dos juros) acompanhadas do anúncio de um período de travessia, que exigiria sacrifícios.

Passados 1 1/2 ano do segundo governo de Dilma, o Brasil mergulha em uma depressão econômica com o PIB registrando pelo segundo ano consecutivo uma retração estimada de 3,5%, com uma queda de, aproximadamente, 15% nos investimentos. O desemprego continua crescendo, estando próximo da taxa de 12%, contribuindo para a queda real da renda do trabalho e dificultando as condições de vida das famílias. Além da maior restrição ao acesso dos

bens de consumo privados, as famílias passam a sofrer o mesmo com relação aos bens e serviços públicos. O déficit primário aprofundou-se, de -0,3% do PIB em 2014 para -2,5% do PIB nos 12 meses em maio. A presidente eleita está afastada e o governo interino defende chegar ao crescimento dos investimentos e a retomada do crescimento econômico por outro caminho. Esta mudança de rota está fundamentada na crise fiscal e consequente impossibilidade de adotar política expansiva neste aspecto para retomar o crescimento (os investimentos públicos diretos são a primeira variável de ajuste/corte). As dificuldades de recuar nas renúncias e subsídios, bem como de criar ou aumentar impostos, gera a necessidade de se buscar receitas extraordinárias e cortar gastos, que em grande medida são obrigatórios.

Como, a princípio, o governo interino de Temer não dispõe de muito tempo e setores da sociedade exigem mudanças para ontem, tratou de refazer a rota e apresentou uma ponte. Com ela vieram, entre outras coisas, i) mudança na equipe econômica, com nomes conhecidos do setor financeiro na Fazenda e no Banco Central; ii) mudou a direção do BNDES e seu papel (de promotor das "campeãs nacionais" para órgão facilitador e intermediador de privatizações); iii) criou através da MP 727 o Programa de Parcerias para Investimentos (PPI) que visa destravar concessões e agilizar investimentos; iv) criou a MP 735 que altera regras no setor elétrico e facilita privatização de distribuidoras de energia; v) avançou e recuou na proposta de abertura total ao capital estrangeiro das companhias aéreas com rotas no país; vi) sinalizou para mudanças na política de conteúdo nacional; vii) propôs, através da PEC 241, um "novo regime fiscal" que estabelece teto, indexado pelo IPCA, aos gastos primários do setor público para os próximos 20 anos. Outra medida foi a renegociação das dívidas dos Estados, com renúncia de R\$ 50 bilhões por parte da União até 2018, mas que garantiu entre outras contrapartidas o compromisso com a PEC 241 e a privatização de empresas e autarquias estaduais.

Assim, a rota está traçada e, interinamente, sabemos o que ela representa para os trabalhadores. Há sinais de recuperação na confiança de empresários industriais e investidores no geral. Provavelmente, melhoras no ambiente econômico surgirão a partir do segundo semestre do próximo ano, quando projeta-se que a inflação estará mais próxima da meta, permitindo que a taxa de juros caia. O incremento de receitas extraordinárias - o governo espera obter de R\$ 20 a R\$ 30 bilhões com privatizações em 2017 -, somado à austeridade com desembolsos sociais (Previdência, saúde, educação, entre outros), contribuirá para a paulatina queda do déficit primário. Projeta-se para 2019 a retomada do superávit primário no resultado fiscal. Mas, nesta rota, apesar de o governo atingir seu destino, parece-me que nós, trabalhadores e famílias, corremos sério risco de cairmos e nos perderemos, efetivamente, do caminho de mudanças.

(*) Mairon E. Brandes, economista, técnico do Dieese

Atividade Industrial - Brasil

A produção da indústria geral teve variação nula (0,0%) na passagem de abril para maio, na série com ajuste sazonal. A produção da indústria extrativa teve alta de 1,4%, mas a indústria de transformação registrou recuo de 0,6% nesta série. No acumulado do ano, até maio, a produção da indústria geral apresenta queda de 9,8%. Nos últimos doze meses a retração é de 9,5%.

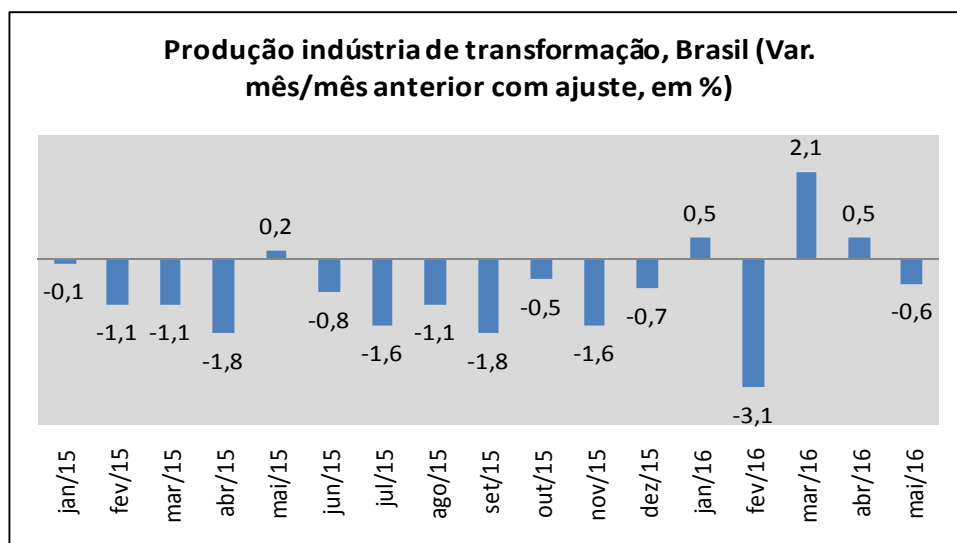
Dentre as grandes categorias econômicas, destaca-se em maio a alta na produção de bens de consumo duráveis (5,6%) e de bens de capital (1,5%). A produção de bens intermediários e de bens de consumo semi e não duráveis apresentou recuo de 0,7% e 1,4%, respectivamente. Apesar da melhora na variação mensal, a produção de bens de capital e de bens de consumo duráveis registram queda aproximada de 25% no acumulado do ano e na taxa anualizada até maio.

Outro indicador positivo é a continuidade de melhora na confiança do empresário industrial. Segundo sondagem da CNI, em junho deste ano o nível chegou a 45,7 pontos (apontava 38,9 no mesmo mês do ano passado). Com relação à expectativas (próximos seis meses) o nível atingiu 51,1 pontos, o que caracteriza confiança. Correlacionado a recuperação observada na produção de bens de capital no período mais recente, estas variáveis sinalizam para uma tendência de recuperação dos investimentos no segundo semestre. Esta tende a ser lenta, no entanto, porque, entre outros elementos, há

uma taxa média elevada de ociosidade nas fábricas (23% em abril de 2016) e setores mais intensivos em capital estão, no geral, com uma ociosidade maior, com exceção do setor de celulose.

O fluxo de admissões e desligamentos de empregados na indústria de transformação registrou saldo negativo de pouco mais que 21 mil vínculos em maio. Nos cinco primeiros meses de 2016 este saldo atingiu, aproximadamente, -110 mil vínculos (-1,4% com relação ao estoque de dezembro feitos os ajustes). Nos últimos doze meses a retração do estoque de emprego foi de 7,7%. Com esta nova realidade do mercado de trabalho e também em função do câmbio (alta de 10,5% no índice da taxa real efetiva), o custo unitário do trabalho no Brasil teve queda de 12,3% até maio.

Esta maior competitividade se expressa nos registros referentes ao comércio exterior que, por consequência de outros fatores também, apresenta crescimento na exportação de manufaturados (7,6% na taxa anualizada em abril/2016). Com a recente valorização cambial as exportações brasileiras perderam rentabilidade, mas o índice segue apresentando variação positiva (2,0%) na série de doze meses. As importações totais registram recuos aproximados de 25% e 30% em quantum e valor, respectivamente.

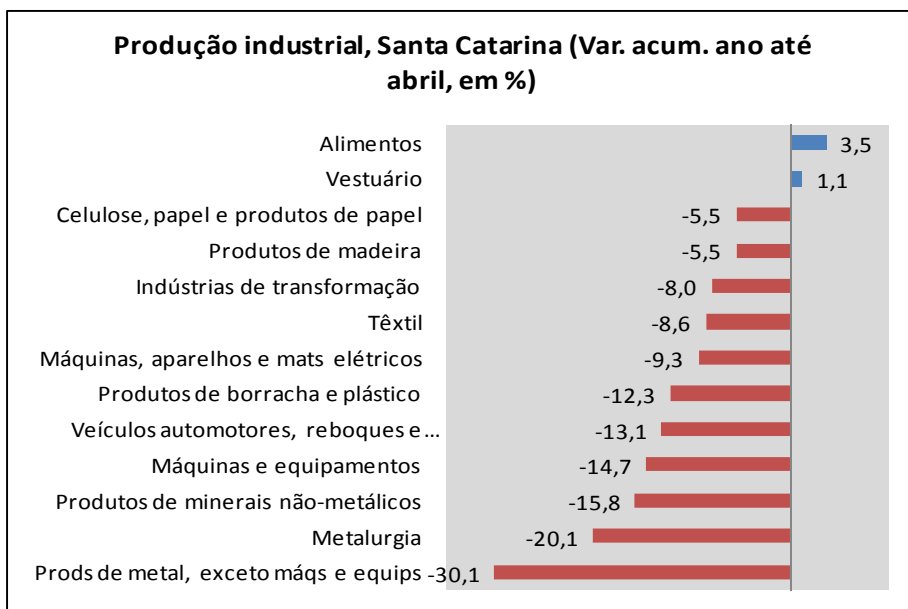


Fonte: PIM/IBGE.

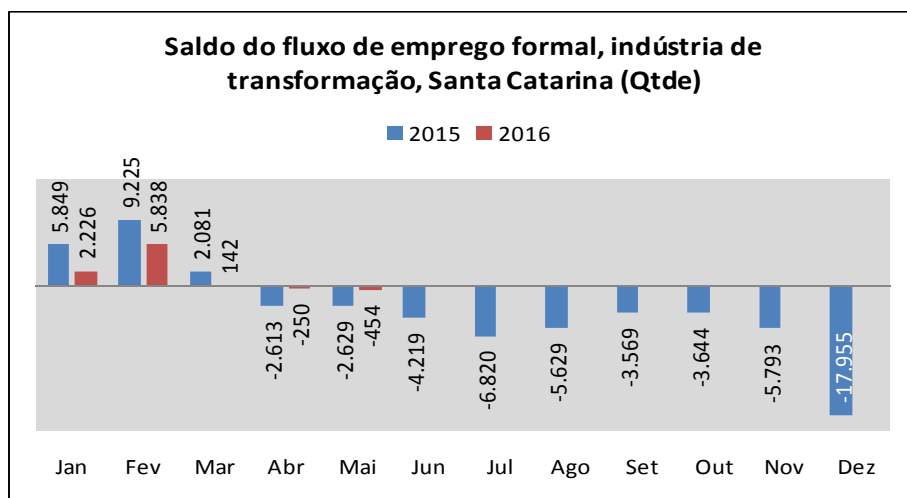
Atividade Industrial - Santa Catarina

A produção industrial em Santa Catarina voltou a registrar queda no mês de abril, frente a março, na série com ajuste sazonal (-2,2%). Com relação a abril do ano passado a queda na produção foi de 5,9%. No período acumulado até abril a retração chegou a 8,0%, enquanto a taxa anualizada apontou recuo de 8,5% na produção industrial no estado. Dentre os setores observados, a indústria de confecção de artigos do vestuário registra crescimento de 1,1% neste ano (até abril). Os demais setores apresentam retração, com a indústria de produtos de borracha e plástico apresentando recuo na casa de dois dígitos (-12,3%).

O fluxo de emprego formal registrou saldo positivo no acumulado do ano até maio. Foram gerados 8,5 mil novos vínculos, uma alta de 1,3% com relação ao estoque de empregos de dezembro de 2015, feitos os ajustes. Apesar da variação positiva no início do ano, a taxa anualizada em maio revela um recuo de 5,8% dos vínculos empregatícios na indústria de transformação catarinense.



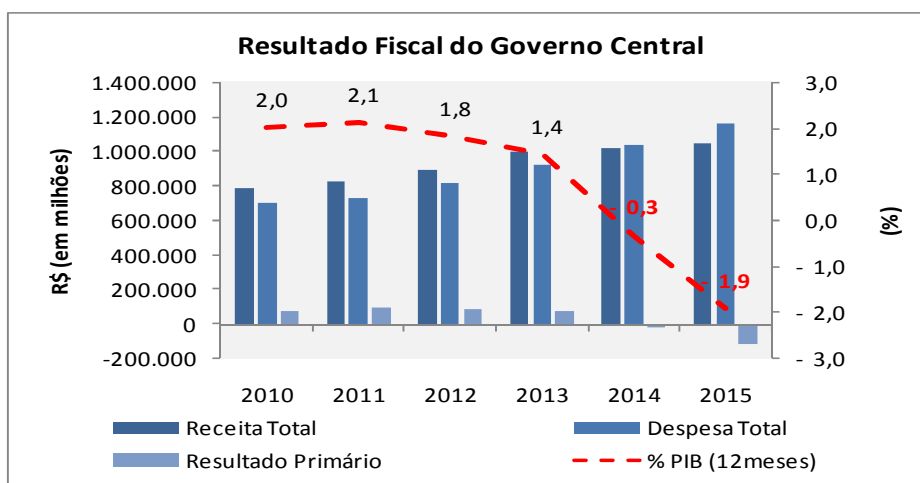
Fonte: PIM-Regional/IBGE.



Fonte: Caged/MTE.

INDICADORES MACROECONÔMICOS

PIB Trimestral (em %)		Indústria	FBCF	Cons.Fam.	Cons.Gov.	PIB
1º trim. 2016 / 4º trim. 2015		-1,2	-2,7	-1,7	1,1	-0,3
1º trim. 2016 / Idem 2015		-7,3	-17,5	-6,3	-1,4	-5,4
IBC-BR (em %)		Abr/Mar	Abr/Abr	Até Abr	U12M	
		0,0	-5,0	-6,0	-5,4	
Finanças Setor Público		Até Mai. 2015		Mai. 2016	Até Mai. 2016	
		R\$ mi	% PIB	R\$ mi	R\$ mi	% PIB
Resultado Primário		25.547	1,1	-18.125	-13.714	-0,6
Juros Nominais		-198.937	-8,3	-42.498	-151.199	-6,1
Resultado Nominal		-173.390	-7,2	-60.623	-164.913	-6,6
		<i>Dívida Bruta do Governo Geral (% PIB)</i>				68,6
		<i>Dívida Líquida do Governo Geral (% PIB)</i>				41,6
Setor Externo		Até Mai. 2015		Mai. 2016	Até Mai. 2016	
		US\$ mi		US\$ mi	US\$ mi	
Transações Correntes		-35.325		1.200	-5.966	
		<i>Bal. Coml.</i>		<i>6.251</i>	<i>18.693</i>	
Conta Financeira		34.783		-1.712	2.321	
		<i>IDP</i>		<i>6.145</i>	<i>29.898</i>	
		<i>Saldo de transações correntes (U12M % PIB)</i>				-1,7
		<i>Necessidade de financiamento externo (U12M % PIB)</i>				-2,9
Câmbio				Mai. 2015	Mai. 2016	
Taxa média - venda (R\$/US\$)				3,06	3,54	
<i>Varição real da taxa de câmbio - dólar americano - (IPA-DI) (U12M em %)</i>				-	0,2	
<i>Varição real da taxa de câmbio - dólar americano - (IPCA) (U12M em %)</i>				-	7,0	
Inflação				Mai. 2015	Mai. 2016	Var. (p.p.)
IPCA (U12M %)				8,47	9,32	0,9
INPC (U12M %)				8,76	9,82	1,1
Juros				Mai. 2015	Mai. 2016	Var. (p.p.)
Meta da taxa Selic (% a.a.)				13,25	14,25	1,0



Fonte: STN. (Elaboração: Dieese - Subseção na Fetiesc)

INDICADORES INDUSTRIAIS - BRASIL (em %)

PRODUÇÃO INDUSTRIAL (IBGE)	Mai/Abr	Mai/Mai	Até Mai	U12M
<i>Geral</i>	0,0	-7,8	-9,8	-9,5
<i>Extrativa</i>	1,4	-11,9	-14,4	-6,2
<i>Transformação</i>	-0,6	-7,1	-9,2	-10,0
Grandes categorias				
Bens de capital	1,5	-11,4	-23,0	-26,9
Bens intermediários	-0,7	-8,1	-9,2	-7,6
Bens de consumo	0,1	-5,4	-7,5	-8,7
Bens de consumo - <i>duráveis</i>	5,6	-17,4	-24,7	-22,4
Bens de consumo - <i>semiduráveis e não duráveis</i>	-1,4	-2,1	-2,4	-4,9
FATURAMENTO REAL (CNI)	Abr/Mar	Abr/Abr	Até Abr	U12M
	-0,6	-9,9	-12,3	-
NÍVEL DE ESTOQUES (CNI)	-	Mai. 2015	Abr. 2016	Mai. 2016
Relação efetivo-planejado	-	52,4	49,1	49,8
TERMÔMETROS DE ATIVIDADE	Mai/Abr	Mai/Mai	Até Mai	U12M
Expedição de papelão ondulado (ABPO)	0,1	0,8	-2,1	-
Consumo de energia elétrica industrial (EPE)	-	-	-	-
Produção de aço bruto (Aço Brasil)	-	-13,2	-13,9	-
CAGED - Ind. Transformação (MTE)	Mai/Abr	Mai/Mai	Até Mai	U12M
<i>Saldo (qtde)</i>	-21.162	-	-108.056	-624.124
<i>(%)</i>	-0,3	-	-1,4	7,7
Utilização da Capacidade Instalada (CNI)	-	Abr. 2015	Mar. 2016	Abr. 2016
<i>(% média)</i>	-	79,8	77,2	76,9
ICEI - Índice de Confiança do Empresário Industrial (CNI)	-	Jun. 2015	Mai. 2016	Jun. 2016
	-	38,9	41,3	45,7
<i>Condições atuais</i>		29,6	30,1	35,1
<i>Expectativas</i>		43,6	47,0	51,1
COMÉRCIO EXTERIOR (Funcex)		Abr/Abr	Até Abr	U12M
Exportação - manufaturados				
<i>Quantum (%)</i>		12,8	-10,8	7,6
<i>US\$ (%)</i>		-1,3	-1,8	-6,5
<i>Preços (%)</i>		-12,2	-12,2	-13,1
Importação - total				
<i>Quantum (%)</i>		-20,9	-24,6	-20,9
<i>US\$ (%)</i>		-28,3	-32,2	-30,4
<i>Preços (%)</i>		-9,5	-10,3	-12,0
Índice de Rentabilidade das exportações - total (%)		-6,4	-2,6	2,0
Índice de Termos de troca - total (%)		-4,6	-8,6	-10,7
INDICADORES DE COMPETITIVIDADE (BCB)	Mai/Abr	Mai/Mai	Até Mai	U12M
Custo unitário do trabalho (Var.%)	-2,7	-3,6	-12,3	-
Índice de taxa real de câmbio efetiva (Var.%)	-1,8	1,2	10,5	-
Índice de taxa real de câmbio corrigida pela produtividade (%)	2,6	-9,4	-0,2	-

INDICADORES INDUSTRIAIS - SANTA CATARINA (em %)

PRODUÇÃO (IBGE)	Abr/Mar	Abr/Abr	Até Abr	U12M		
<i>Transformação</i>	-2,2	-5,9	-8,0	-8,5		
<i>Têxtil</i>	-	-4,7	-8,6	-13,0		
<i>Vestuário</i>	-	-2,0	1,1	1,3		
<i>Celulose, Papel e Produtos de Papel</i>	-	-4,6	-5,5	-2,4		
<i>Borracha e Plástico</i>	-	-10,8	-12,3	-12,6		
FATURAMENTO REAL (Fiesc)	Fev/Jan	Fev/Fev	Até Fev	U12M		
<i>Transformação</i>	-	-10,4	-11,4	-		
<i>Têxtil</i>	-	-	-7,9	-		
<i>Vestuário</i>	-	-	-22,1	-		
<i>Celulose, Papel e Produtos de Papel</i>	-	-	-7,8	-		
<i>Borracha e Plástico</i>	-	-	-15,1	-		
CAGED - Ind. Transformação (MTE)	Abr/Mar	Abr/Abr	Até Abr	U12M		
<i>Saldo (qtde)</i>	-83	-	8.916	-42.488		
<i>(%)</i>	0,0	-	1,4	-6,1		
Utilização da Capacidade Instalada (Fiesc)	Fev. 2015		Fev. 2016			
<i>(% média)</i>	82,7		81,5			
ICEI - Índice de Confiança do Empresário Industrial (Fiesc)	Jun. 2015	Mai.	Jun. 2016			
	38,9	41,4	45,4			
<i>Condições atuais</i>	30,8	31,9	36,1			
<i>Expectativas</i>	42,9	46,2	49,9			
COMÉRCIO EXTERIOR - BRASIL (Funcex)	Abr/Abr		Até Abr		U12M	
	US\$(%)	Qtde(%)	US\$(%)	Qtde(%)	US\$(%)	Qtde(%)
Exportações						
<i>Têxtil</i>	-19,1%	-12,5%	16,1%	27,3%	-7,0%	5,1%
<i>Vestuário e acessórios</i>	2,1%	17,3%	-5,3%	15,6%	-11,0%	10,2%
<i>Couro e calçados</i>	-9,5%	15,6%	-11,3%	15,1%	-18,7%	3,8%
<i>Papel e celulose</i>	-0,4%	19,7%	6,8%	14,1%	7,7%	11,1%
<i>Produtos químicos</i>	-9,1%	4,9%	-4,3%	12,0%	-12,6%	5,7%
<i>Produtos de material plástico</i>	-14,6%	-2,3%	-4,4%	11,2%	-9,2%	4,8%
Importações						
<i>Têxtil</i>	-46,3%	-44,4%	-44,5%	-41,7%	-37,0%	-34,1%
<i>Vestuário e acessórios</i>	-55,9%	-60,5%	-49,8%	-53,3%	-29,7%	-31,3%
<i>Couro e calçados</i>	-45,6%	-47,6%	-39,9%	-42,7%	-28,2%	-28,1%
<i>Papel e celulose</i>	-27,5%	-23,6%	-30,8%	-26,8%	-32,7%	-29,2%
<i>Produtos químicos</i>	-14,1%	1,8%	-19,9%	-7,4%	-20,6%	-12,2%
<i>Produtos de material plástico</i>	-34,6%	-31,6%	-34,0%	-31,4%	-27,8%	-24,9%
Índice de Rentabilidade das exportações (Var.%)	Abr/Abr		Até Abr		U12M	
<i>Têxtil</i>	-0,6%		6,3%		12,9%	
<i>Vestuário e acessórios</i>	-5,1%		-0,9%		5,2%	
<i>Couro e calçados</i>	-18,1%		-10,1%		0,5%	
<i>Papel e celulose</i>	-11,0%		8,7%		21,7%	
<i>Produtos químicos</i>	-4,4%		1,4%		6,0%	
<i>Produtos de material plástico</i>	-3,6%		2,2%		10,7%	

INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO

Custo de Vida						
Inflação			Mai (%)	Var. 12 meses (%)		
ICV/DIEESE			0,67	9,44		
INPC/IBGE			0,98	9,82		
IPCA/IBGE			0,78	9,32		
IGP-DI/FGV			1,13	11,26		
IGP-M/FGV			0,82	11,09		
IPC/FIPE			0,57	9,98		
Cesta Básica	Florianópolis	Maio	Variação acum. no ano (em %)	-0,81		
			Valor mensal (em R\$)	420,63		
Salário Mínimo Necessário e Piso Regional Catarinense						
Salário Mínimo Nacional		Maio	Valor nominal (em R\$)	880,00		
Salário Mínimo Necessário		Maio	Valor nominal (em R\$)	3.777,93		
Piso Regional SC		Faixa I	Valor nominal (em R\$)	1.009,00		
		Faixa II	Valor nominal (em R\$)	1.048,00		
		Faixa III	Valor nominal (em R\$)	1.104,00		
		Faixa IV	Valor nominal (em R\$)	1.158,00		
Movimentação do Emprego - Indústria de Transformação no Brasil						
			Total Admissões	Total Desligamentos	Saldo	Var. Emprego
			(Qtde)	(Qtde)	(Qtde)	(%)
Em maio¹			191.044	212.206	-21.162	-0,3
No ano²			1.072.708	1.180.764	-108.056	-1,4
Nos últimos 12 meses³			2.444.813	3.068.937	-624.124	-7,7
<small>(¹) Variação considera o estoque do mês anterior; (²) Variação considera o estoque do mês atual e do mês de dezembro do ano anterior, com ajustes; (³) Variação considera o estoque no mês atual com o estoque do mesmo mês do ano anterior, com ajustes.</small>						
Movimentação do Emprego - Indústria de Transformação em Santa Catarina						
			Total Admissões	Total Desligamentos	Saldo	Var. Emprego
			(Qtde)	(Qtde)	(Qtde)	(%)
Em maio¹			21.081	21.489	-408	-0,1
No ano²			121.709	113.175	8.534	1,3
Nos últimos 12 meses³			252.593	292.967	-40.374	-5,8
<small>(¹) Variação considera o estoque do mês anterior; (²) Variação considera o estoque do mês atual e do mês de dezembro do ano anterior, com ajustes; (³) Variação considera o estoque no mês atual com o estoque do mesmo mês do ano anterior, com ajustes.</small>						
Rendimento Médio Real Habitualmente Recebido pelos Ocupados (todos os trabalhos)						
Brasil			Valor (em R\$)		1.982,00	
			Mar a Mai 2016/idem ano anterior (em %)		-2,7	
Santa Catarina			Valor (em R\$)		2.045,00	
			1º trimestre 2016/idem ano anterior (em %)		-9,0	
Massa Real de Rendimentos Habitualmente Recebidos pelos Ocupados (todos os trabalhos)						
Brasil			Valor (em R\$)		175.569,00	
			Mar a Mai 2016/idem ano anterior (em %)		-3,3	
Santa Catarina			Valor (R\$ em milhões)		6.857,00	
			1º trimestre 2016/idem ano anterior (em %)		-8,8	
Taxa de Desocupação						
Brasil			Mar a Mai 2016 (em %)		11,2	
			Mar a Mai 2016/idem ano anterior (em p.p.)		3,0	
Santa Catarina			1º trimestre 2016 (em %)		6,0	
			1º trimestre 2016/idem ano anterior (em p.p.)		2,1	

Economia para Trabalhadores - Ano IV, edição XXXVII, junho de 2016. Periodicidade mensal. Subseção do Dieese na Fetiesc.

EXPEDIENTE DA FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE SANTA CATARINA - **Presidente:** Idemar Antonio Martini; **Vice-Presidente:** Rosane Sasse; **Secretário Geral:** Landivo Fischer.

EXPEDIENTE DO DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE - **Direção Técnico:** Clemente Ganz Lúcio; **Coordenação Executiva:** Patrícia Pelattieri; **Coordenação Administrativa e Financeira:** Rosana de Freitas; **Coordenação de Educação:** Fausto Augusto Junior; **Coordenação de Relações Sindicais:** José Silvestre Prado de Oliveira; **Coordenação de Atendimento Técnico Sindical:** Airton Santos; **Coordenação de Estudos e Desenvolvimento:** Angela Schwegber; **Supervisor Regional do Dieese/SC:** José Álvaro Cardoso; **Técnico Responsável pelo Boletim:** Mairon Edegar Brandes.